

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ÍNDICE

# PROGRAMA CONCURSO

008  
fadi  
[Handwritten signatures and initials]

## INDICE

- 1- ENTIDADE ADJUDICANTE
- 2- OBJETO
- 3- PUBLICITAÇÃO
- 4- PROCEDIMENTO E SELEÇÃO CONCESSIONÁRIO
- 5- ATO PÚBLICO
- 6- ENTIDADE COMPETENTE PARA APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS
- 7- DESIGNAÇÃO DO JÚRI
- 8- DOCUMENTOS DA PROPOSTA
- 9- ESCLARECIMENTOS
- 10- VALIDADE DA PROPOSTA
- 11- CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO
- 12- ADJUDICAÇÃO PROVISÓRIA
- 13- CAUÇÃO CONTRATUAL
- 14- ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA E APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO
- 15- CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (FORMALIZAÇÃO DA CONCESSÃO)
- 16- FORO COMPETENTE
- 17- DISPOSIÇÕES FINAIS
- ANEXO: PLANTA LOCALIZAÇÃO**





## 1- ENTIDADE ADJUDICANTE

O presente procedimento é promovido pelo Município de Santa Comba Dão.

Endereço:

Largo do Município, nº 13

3440-337- Santa Comba Dão

Telefone: 232880500; Fax: 232880501; e-mail: geral@cm-santacombadao.pt

## 2- OBJETO

2.1- O presente concurso tem por objeto a concessão da exploração das Piscinas Municipais de Santa Comba Dão, sitas na Rua Lauro Gonçalves, em Santa Comba Dão, da União de Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro, Concelho de Santa Comba Dão.

2.2- Os interessados poderão visitar o espaço até à data designada para a realização do ato público de abertura de propostas, devendo para o efeito contactar a Câmara Municipal de Santa Comba Dão, através dos contactos indicados no ponto 1.

2.3- O prazo para a concessão será de três anos, nos termos do nº. 1 do artigo 410º, nº 1, do CCP.

## 3- PUBLICITAÇÃO

A publicitação da hasta pública será divulgada com pelo menos 15 dias seguidos antes da respetiva data da entrega das propostas, num jornal regional e nacional de grande circulação e ainda através da afixação de editais nos locais públicos de costume e no sítio do Município [www.cm-santacombadao.pt](http://www.cm-santacombadao.pt).

Durante esse prazo, deverão os interessados remeter, em carta fechada, as respetivas propostas, respeitando os elementos referidos no ponto 8.

## 4- PROCEDIMENTO E SELEÇÃO DO CONCESSIONÁRIO

4.1- A seleção do concessionário será efetuada mediante apresentação de proposta a apresentar, em subscrito fechado e lacrado, o qual deverá conter a identificação do preponente e a da hasta pública em apreço, o qual por sua vez é encerrado num segundo subscrito dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, no prazo a fixar em edital, a qual deve indicar o valor para a licitação do imóvel a concessionar, nos termos a seguir mencionados:

4.2- O ato de abertura de propostas terá lugar no 1º dia útil, imediato ao término de apresentação de propostas, pelas 11 horas.

4.3- Poderão candidatar-se à adjudicação da concessão quaisquer entidades privadas que tenham no seu escopo a prossecução de atividades físicas de bem estar e lazer, possuam





técnicos com habilitações específicas para prestação de tais serviços e demonstrem possuir tal qualidade há pelo menos 3 anos.

4.4- A concessão terá como contrapartida o pagamento de uma renda, mensal de 200,00 € (duzentos euros), a liquidar até ao dia 8 de cada mês.

4.5- Serão valorados para efeitos de preferência de contratação os concessionários que assumam a concessão nos moldes supra sem quaisquer contrapartidas por parte do concedente.

4.6- Na impossibilidade de preenchimento dos requisitos referidos na cláusula anterior, atentos os estudos financeiros e de mercado relativos aos encargos anuais de tais equipamentos e à dimensão de confluência daqueles com o lucro expectável, indicia-se a necessidade de fazer uso do disposto no artigo 416º do Código da Contratação Pública, pelo que, nesse caso, o concedente contribuirá, a título de prestação económico financeira com 75% dos custos de consumo de energia elétrica, água e gás, até ao limite de 51 000,00 € (cinquenta e um mil euros) anuais.

4.7- Na ausência de proponentes, nos moldes referidos no ponto 3.6, serão valorados como candidatos preferenciais e por ordem de gradação, os que para além dos demais requisitos, proponham o menor valor para a eventual necessidade de apoio de prestações económico financeiras até limite inferior a 51 000,00 € anuais.

4.8- A prestação fixada será liquidada em doze prestações mensais, sendo acertados na última os valores correspondentes às variáveis que decorram dos encargos gerados pelos consumos até ao limite fixado no ponto 4.7.

## **5- ATO PÚBLICO**

5.1- O ato público de abertura de propostas terá lugar no edifício dos Paços do Concelho de Santa Comba Dão, no dia e hora indicados no respetivo edital, perante o júri designado para o efeito.

5.2- Se, por motivo justificado, não for possível realizar o ato público do concurso na data fixada, será publicado novo anúncio com a indicação da data e horário da realização do novo ato.

5.3- Poderão assistir ao ato público todas as pessoas interessadas, podendo intervir os concorrentes ou seus representantes devidamente credenciados para o efeito, bastando no caso de titular de empresa em nome individual, a exibição do cartão de cidadão ou bilhete de identidade e do cartão de contribuinte. No caso de pessoa coletiva, deve ser apresentado o cartão de pessoa coletiva, devendo o seu representante apresentar documento comprovativo dos poderes de representação.

5.4- O ato público termina com a indicação, pelo júri, dos parâmetros apresentados por cada proposta que relevam para a decisão.

5.5- Terminado o ato público, será elaborada a ata do ato público.

5.6- As deliberações do júri tomadas no âmbito do ato público consideram-se, para os devidos efeitos, notificados aos interessados, nesse ato, não havendo lugar a qualquer outra forma de notificação.

5.7- Não havendo propostas, considera-se o ato público deserto.

## **6- ENTIDADE COMPETENTE PARA APRECIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

6.1- A abertura de propostas e respetiva análise será efetuada pelo júri nomeado para o efeito.



6.2- O júri só pode funcionar quando o número de membros presentes para o ato público, corresponda ao número de membros efetivos.

6.3- As deliberações do júri, que devem sempre ser fundamentadas, são tomadas por maioria de votos, não sendo admitida a abstenção.

6.4- Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do júri, devem constar da ata as razões da sua discordância.

## **7- DESIGNAÇÃO DO JÚRI**

O júri será constituído pelos seguintes membros:

Presidente: Vereadora Carla Cunha

Vogal Efetivo: Vereador João Tomás, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos

Vogal Efetivo: Técnica superior Alcídia Prata

Vogal Suplente: Vereador Fernando Veloso

Vogal Suplente. Coordenadora Técnica Maria Eugénia Matos

## **8- DOCUMENTOS DA PROPOSTA**

8.1- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do Código dos Contratos Públicos;

8.2- Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar a concessão.

8.3- Documento idóneo que comprove o exercício de atividades físicas de bem estar e lazer, no caso de entidades privadas;

8.4- Documento idóneo que comprove possuir técnicos com habilitações específicas para a prestação dos serviços em causa.

8.5- Os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa. No entanto, se algum documento a apresentar estiver redigido em língua estrangeira, deverá o mesmo ser acompanhado de tradução devidamente legalizada.

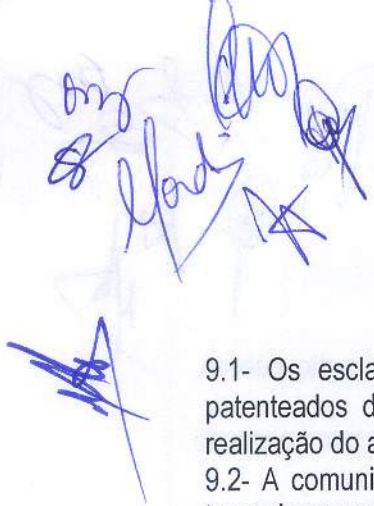
8.6- O Município de Santa Comba Dão pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos interessados.

8.7- A prestação culposa de falsas declarações pelos interessados determina, consoante os casos, a rejeição da respetiva proposta, a exclusão do concorrente em causa ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

8.8- Quando se exigir documento oficial que o concorrente não possa apresentar, dentro do prazo estipulado, por motivo alheio à sua vontade, deverá fazer meio de prova de que o mesmo foi solicitado em tempo útil junto da entidade competente para a sua emissão.

## **9- ESCLARECIMENTOS**





9.1- Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação dos elementos patenteados deverão ser solicitados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a realização do ato público.

9.2- A comunicação dos esclarecimentos será efetuada, por escrito, até ao final do segundo terço do prazo fixado para a realização do ato público, à entidade que os solicitar

9.3- Os esclarecimentos prestados serão anexados às peças patenteadas em concurso e devidamente publicitados.

## **10- VALIDADE DA PROPOSTA**

10.1- O prazo de validade das propostas é de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

10.2- O prazo de manutenção das propostas considera-se prorrogado por mais 66 dias, se os concorrentes nada requererem em contrário.

## **11- CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

11.1- O critério de adjudicação será o da menor comparticipação do concedente para a exploração.

11.2- Em caso de igualdade quanto ao valor da comparticipação do concedente será valorada a proposta com menor valor de tarifa social.

## **12- ADJUDICAÇÃO PROVISÓRIA**

A concessão será provisoriamente adjudicada, uma vez terminado o ato público de abertura de propostas, ao concorrente melhor posicionado de acordo com os critérios de adjudicação e expressos no número anterior.

## **13- CAUÇÃO CONTRATUAL**

13.1- A caução a prestar, de valor correspondente a duas mensalidades, poderá ser prestada por depósito em dinheiro, garantia bancária ou seguro caução e será mantida até ao termo da concessão de exploração.

13.2- O pagamento da caução deverá concretizar-se, obrigatoriamente, findo o ato público, aquando da adjudicação provisória.


13.3- O adjudicatário deverá reconstituir integralmente a caução, nos 10 dias subsequentes à comunicação que para o efeito lhe for dirigida, quando daquela sejam utilizadas quaisquer importâncias.

## **14- ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA E APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO**

14.1- Em simultâneo com a adjudicação definitiva, será aprovada, pela entidade concedente, a minuta do contrato.

14.2- A decisão de adjudicação será notificada ao concessionário, juntamente com a minuta de contrato, para que sobre ela se pronuncie no prazo de 5 dias.





14.3- A referida minuta considerar-se-á tacitamente aceite se o concessionário não se pronunciar no prazo referido no número anterior.

14.4- Se o adjudicante se opuser a alguma cláusula da minuta de contrato, a Câmara Municipal de Santa Comba Dão apreciará a sua exposição, comunicando-lhe a decisão no prazo de 10 dias.

#### **15- CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ( FORMALIZAÇÃO DA CONCESSÃO )**

15.1- O contrato a celebrar, será reduzido a escrito, em hora e data a designar pela Câmara Municipal de Santa Comba Dão, sendo o adjudicatário notificado por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 8 dias.

15.2- No caso de o adjudicatário não comparecer para outorgar o contrato, na data, hora e local fixado para o efeito, ou, tendo comparecido, se recuse a assinar o contrato, a adjudicação será considerada sem efeito, revertendo a caução já prestada a favor da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, salvo se comprovar que tal ocorreu por motivo que lhe não seja imputável e o mesmo for considerado justificação bastante pela entidade contratante.

15.3- Verificando-se o exposto no ponto anterior, será consultado o concorrente que apresentou a proposta com o 2º valor mais elevado.

#### **16- FORO COMPETENTE**

Para resolução de litígios que eventualmente venham a ocorrer no âmbito do presente procedimento ou da concessão de exploração fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **17- DISPOSIÇÕES FINAIS**

Em tudo o que se encontrar omissa no presente programa de concurso e caderno de encargos, observar-se-á o disposto no Decreto-lei nº 280/2007, de 7 de agosto, na parte aplicável às Autarquias Locais e, subsidiariamente, o disposto no Código dos Contratos Públicos e Código do Procedimento Administrativo, com as devidas adaptações, se não se mostrar incompatível com o clausulado e especificidade do mesmo.

Paços do Concelho de Santa Comba Dão, 10 de Outubro de 2014  
O Presidente da Câmara Municipal,

Leonel José Antunes Gouveia